

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, junho de 2013, número 66. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Por esses mortos, nossos mortos, peço castigo

ARTIGO DO MÊS

Las competencias por el recurso tierra: evolución reciente del caso uruguayo

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais
UNICAMP/Campinas – São Paulo, 19 a 21 de junho de 2013.

IV Congresso Brasileiro de Educação
“Ensino e Aprendizagem na Educação Básica: desafios curriculares”
UNESP/Bauru – São Paulo, 25 a 28 de junho de 2013.

III Encontro Internacional de Agroecologia/Brasil
UNESP/Botucatu – São Paulo, 31 de julho a 3 de agosto de 2013.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Revista NERA n. 21.
Autores: Vários.

Os nove artigos e a resenha que compõem este número, recobrem questões teóricas relacionadas ao conceito de território e espaço, desenvolvimento territorial

e rural, soberania alimentar, questão agrária, reforma agrária, sustentabilidade socioambiental, agrocombustíveis, resistências camponesas e as lutas dos povos Guarani e Kaiowa.



Vídeo: O mundo segundo a Monsanto.
Autora: Maria-Monique Robin.

Traça a história da principal fabricante de organismos geneticamente modificados (OGM), cujos grãos de soja, milho e algodão se proliferam pelo mundo, apesar dos alertas de ambientalistas. Destaca os perigos do crescimento exponencial das plantações de transgênicos. Para ver: <http://www.youtube.com/watch?v=gkQN5gopWSU>.



PodCast Unesp – Pod Territorial
Autores: Vários

O PodCast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Elaboração: Danilo Valentin Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).
Revisão/Publicação: José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egidio Avanço Cubas.
Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

POR ESSES MORTOS, NOSSOS MORTOS, PEÇO CASTIGO

Rosemeire Aparecida de Almeida

Profa. Dra. na UFMS/Campus de Três Lagoas.

Diretora da AGB/Seção Três Lagoas.

Coordenadora do LABET.

rosemeire.almeida@ufms.br

*Aos Ortiz, Veron, Nísio, Zezinho, Amilton Lopes, Denilson, Oziel...
Mortos do tempo presente.
Aos vivos que lutam.*

Mais uma vez salpicaram de sangue o chão da luta indígena em Mato Grosso do Sul, e a morte com sua espécie de poder de choque quer nos roubar a palavra. Mas é preciso gritar, não pela boca dos mortos, mas ao lado dos vivos porque o silêncio e o pessimismo servem tão somente a dominação.

Recentemente, a porta voz do agronegócio, Kátia Abreu, em pronunciamento no Senado sobre os conflitos em Mato Grosso do Sul pediu proteção aos “produtores rurais”, pois segundo ela “ninguém os defende”. Mas, se havia dúvidas de que se trata de uma falácia, elas foram desnudadas nas imagens de violência contra os índios na desocupação da fazenda Buriti em Sidrolândia/MS. Naquele momento o Estado não usou sua costumeira aparência de governo do povo, na verdade protegeu a propriedade privada contra a luta popular e, mais que isto, edificou o lugar da morte ao invés da vida.

Mato Grosso do Sul é o segundo estado em número de indígenas e a demanda pela retomada e demarcação das terras de seus ancestrais tem sido represada à custa de muita violência. Os dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciam esta guerra: segundo o Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil - Dados de 2011”, nos registros de violência contra a pessoa em 2011, tivemos no Brasil um total de 378 casos, destes 174 foram em MS. Nesta estatística da violência o registro de 51 assassinatos de indígenas mostra que 62,7%, ou seja, 32 vítimas pertencem aos povos que habitam o Mato Grosso do Sul, sendo: 27 Guarani-Kaiowá, 2 Terena, 2 Guarani Nhandeva e 1 Ofaye-Xavante. Se somarmos os 32 assassinatos com 27 tentativas de assassinatos, são 59 casos de morte e quase morte que atingiram estes povos. O cruzamento de dados dos Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indica um confronto territorial que não pode ser ignorado: as áreas de expansão do capitalismo no campo e, portanto, da concentração de terras também são aquelas em que cresce a violência.

Embora este não seja o espaço para aprofundar este debate, é preciso registrar o centro do problema. Mato Grosso Sul possui uma das mais concentradas estruturas fundiárias do país. Aqui, segundo o Censo do IBGE (2006), a classe de área acima de 1000 ha detém 76,93% da área e representa 10,1% dos estabelecimentos. Em Sidrolândia não é diferente, 5,39% do total do número de estabelecimentos acima de 1000 ha dominam 62,83% do total da área cadastrada. E esta terra não está cercada para produzir alimentos, muito menos de consumo popular!

Embora a Constituição Brasileira de 1988 reconheça o direito indígena em relação as suas terras e seu modo de vida, uma parte da sociedade, infelizmente detentora do projeto hegemônico de país, não aceita ser plural e, por conseguinte, não quer o índio como sujeito político. O levante indígena é para eles obra de manipuladores infiltrados na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Cimi, na Universidade – e

querem provar encomendando pesquisas que decretam que índios no Brasil não querem terra. Ignoram que repousam muitos cemitérios indígenas embaixo dos nossos pés.

Porque vivemos numa sociedade desigual, marcada pela dominação dos que têm quem chorem seus mortos, é preciso envolver-se, tomar posição na busca do equilíbrio do poder ao lado daqueles que têm menos - como defende Boaventura dos Santos. É, pois, desta forma, que a sociedade pode exercer o controle social colocando na agenda política do Estado o encaminhamento da questão indígena. E esta intervenção não atende pelo nome de força nacional de segurança, mas sim, pela demarcação do território porque os índios querem terra para viver - para ficar em cima...

Termino esta breve reflexão parafraseando Neruda na esperança que emana da organização popular pela justiça social: por esses mortos, nossos mortos, peço castigo. Para os que pedem “cabresto” para os índios, peço castigo. Para a ministra que questiona as demarcações, peço castigo. Para os que celebram a paz dos cemitérios, peço castigo. Para os que defendem estes crimes, quero castigo!

“Por esses mortos, nossos mortos, peço castigo. Para os que salpicaram a pátria de sangue, peço castigo. Para o verdugo que ordenou esta morte, peço castigo. Para o traidor que ascendeu sobre o crime, peço castigo. Para o que deu a ordem de agonia, peço castigo. Para os que defenderam este crime, peço castigo. Não quero que me dêem a mão empapada de nosso sangue, peço castigo. Não vos quero como embaixadores, tampouco em casa tranquilos. Quero ver-vos aqui julgados nesta praça, neste lugar. Quero castigo!” (Pablo Neruda - Canto Geral).